

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Edital 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

27/2026

254450-ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Editado por

LUCIANA MIRANDA CUNHA

Atualizado em

23/10/2026 11:17 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

25388.000385/2026-86

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 29/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

254450 - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de material de laboratório, por meio de Pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/11/2026 às 9h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO

PREÂMBULO. 1

1. DO OBJETO. 3

2. DO REGISTRO DE PREÇOS. 4

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.. 5

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 5

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 8

8. DA FASE DE JULGAMENTO.. 11

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 12

10. DO TERMO DE CONTRATO.. 14

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 15

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 15

13. DOS RECURSOS. 16

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 17

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 19

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 19

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

(Processo Administrativo nº 25388.000385/2026-86)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, por meio do Serviço de Compras, sediado a Rua Leopoldo Bulhões, n. 1480, Manguinhos, RJ, CEP 21040-360 realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de material de laboratório, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas físicas

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos percentual de desconto para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço. €

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada;

6.1.5. Ficha técnica ou catálogo do produto cotado, quando solicitado no julgamento da proposta.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de*

a) R\$ 0,01 para itens cujo valor estimado unitário seja de até R\$10,00.

- b) R\$ 0,05 para itens cujo valor estimado unitário seja entre R\$ 10,01 e R\$ 50,00.**
- c) R\$ 0,10 para itens cujo valor estimado unitário seja entre R\$ 50,01 e R\$ 250,00.**
- d) R\$ 0,20 para itens cujo valor estimado unitário seja entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00**
- e) R\$ 0,50 para itens cujo valor estimado seja acima de R\$ 501,00**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.1. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.4. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs e verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail (licitacao.ensp@fiocruz.br).

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.11.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.16.1. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (CINCO) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá ser** renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico o: https://sipsei.fiocruz.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=FIOCRUZ&sigla_sistema=SEI

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail: **licitacao.ensp@fiocruz.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **licitacao.ensp@fiocruz.br**.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência 54-2026 e seus anexos;

16.11.2. Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV - Portaria 53 - Cadastro SEI;

16.11.5. Anexo V - Portaria n 20-2026 - Recebimento de Materiais no âmbito da Segem;

16.11.6. Anexo VI - Portaria n 1 - 2026 - Infrações e Sanções;

16.11.7. Anexo VII - Modelo para Elaboração de Proposta Comercial.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO MUSSAUER OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/10/2026 às 11:17:41.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 54-2026 e seus anexos.pdf (450.74 KB)
- Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Precos.pdf (140.9 KB)
- Anexo III - Minuta de Termo de Contrato.pdf (137.73 KB)
- Anexo IV - Portaria 53 - Cadastro SEI.pdf (139.51 KB)
- Anexo V - Portaria n 20-2026 - Recebimento de Materiais no ambito da Segem.pdf (671.92 KB)
- Anexo VI - Portaria n 1 - 2026 - Infracoes e Sancoes.pdf (990.75 KB)
- Anexo VII - Modelo+de+Elaboracao+de+Proposta+Comercial - proc 385.pdf (97.53 KB)

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Termo de Referência 54/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2026	254450-ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	LUCIANA GONZAGA SANTOS DA CRUZ	15/10/2026 09:29 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25388.000385/2026-86

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25388.000385/2026-86)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material de Laboratório, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA (A CONTRATAR NO ETP E TR)	INFORMAÇÕES PARA ETP E TR	MARCA	QTDE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO CONSIDERADO	TOTAL
1	474997	ANEL DE VEDAÇÃO PARA SUPORTE DE BARCA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22029937	1	UNIDADE	SIGILOS	SIGILOS
2	409241	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 10,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		25	UNIDADE	SIGILOS	SIGILOS
3	409243	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 100,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		20	UNIDADE	SIGILOS	SIGILOS
4	409236	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 25,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		10	UNIDADE	SIGILOS	SIGILOS
5	409242	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 50,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		15	UNIDADE	SIGILOS	SIGILOS
		BARCA DE QUARTZO COM SUPORTE		LUMEX				

6	436693	(12CM ; 40MM)		INSTRUMENTS - PART Nº 1000010149	1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
7	436693	BARCO DE QUARTZO COM SUPORTE (15CM ; 70MM)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000010158	6	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
8	408835	BARRA MAGNÉTICA CILÍNDRICA LISA EM TEFLON RESISTENTE A TEMPERATURAS DE -50+120°C - 5X10 MM			4	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
9	603968	BARRA MAGNÉTICA LISA REVESTIDA EM TEFLON - 10MM DE DIÂMETRO X 20MM DE COMPRIMENTO			4	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
10	603967	BARRA MAGNÉTICA LISA REVESTIDA EM TEFLON - 10MM DE DIÂMETRO X 30MM DE COMPRIMENTO			4	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
11	409529	BASTÃO DE VIDRO FINO, NEUTRO, DE BOROSSILICATO, COM DIMENSÕES DE 30CM COMPRIMENTO X 5MM DE DIÂMETRO			3	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
12	408277	BÉQUER DE VIDRO BOROSILICATO, COM BICO, GRADUADO, FORMA BAIXA, FUNDO PLANO, VOLUME 100 ML.			25	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
13	408278	BÉQUER DE VIDRO, FORMA BAIXA, GRADUADO, COM BICO, CAPACIDADE 150 ML			15	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
14	408266	BÉQUER EM BOROSILICATO, FORMA BAIXA, VOLUME 250 ML			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
15	408275	BÉQUER EM BOROSILICATO, FORMA BAIXA, VOLUME 50 ML			20	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
16	408261	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 100 ML, FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			25	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
17	408251	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO,CAPACIDADE 25 ML, FORMATO FORMA ALTA,ADICIONAL COM ORLA E BICO			16	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
18	408265	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 25 ML, FORMATO FORMA BAIXA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			40	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
19	419771	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 250 ML, FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			25	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
20	623978	Borbulhador para reação e separação de fases líquida e gasosa para analisador de Mercúrio		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22026596	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
21	426576	CARTUCHO ADSORVENTE PARA AMOSTRADOR. TUBO DE XAD-2 (SKC INC., CAT. NO. 226-30-06, EIGHTY FOUR, PA, EUA) FOR ALIPHATICHYDROCARBONS AND GASEOUS PAH. TUBE 8 X110-MM SIZE, 2 SECTIONS, 200/400 MGSORBENT, 20 /60 MESH, WITH GS ENDS ANDWWW SEPARATORS, FITS TYPE B TUBE COVER,PK/50. CAIXA COM 50 UNIDADES		SKC	1000	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
		CARTUCHO ADSORVENTE PARA						

22	429535	AMOSTRADOR. FOR ALDEHYDES, CARTRIDGES IMPREGNATEDWITH 2,4 - DINITROPHENYLHYDRAZINESOLUTION (DNPH) (SKC INC., CAT. NO. 226-119. TUBO DE SÍLICA GEL SKC TRAT. 2,4-DINITROFENILHIDRAZINA, 300/150 MG, 20 UM(SORBENT TUBE, HIGH-PURITY SILICA GEL(ULTRA-LOW BACKGROUND), TREATED WITH(2,4-DINITROPHENYLHYDRAZINE), 6 X 110-MMSIZE, 2 SECTIONS, 150/300 MG SORBENT,20/40 MESH, WITH GS ENDS AND WWWSEPARATORS, FITS TYPE B TUBE COVER,PK/20) CAIXA COM 20 UNIDADES		SKC	300	UNIDADE (CAIXA COM 20 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
23	420795	CARTUCHO ADSORVENTE PARA AMOSTRADOR,TUBO DE CARVAO ATIVO ANASORB CSC100/50MG . ACTIVATED CHARCOALCARTRIDGES (SKC INC., CAT. NO. 226-01,EIGHTY FOUR, PA, EUA) WERE USED TOCOLLECT BTEX (CAIXA COM 50 UNIDADES)		SKC	1000	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
24	456790	CARTUCHO DE AMOSTRAGEM DE XAD-7 PARA ANÁLISE DE FENOL E CRESOL NO AR, 100/50 MG, CAIXA COM 50 UNIDADES		SKC	150	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
25	437723	CARTUCHO DE EXTRAÇÃO EM FASESÓLIDA,TROCA ANIÔNICA FORTE, SAX, DE500MG/3ML ; EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.		THERMO; AGILENT	500	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
26	458181	COLUNA CAPILAR PARA CROMATOGRAFIA GASOSA, DB-5MS, 5% DE FENIL E 95% DEMETIL SILOXANO, 30 M DE COMPRIMENTO, 250MM DE DIÂMETRO INTERNO, 0,25 MM DEESPESSURA DE FILME.		AGILENT - REF122-5532	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
27	471425	COLUNA CROMATOGRÁFICA CAPILAR (CROMATOGRAFIA GASOSA- CG) 30M X 0,25MM, CARBOWAX 20M 0,25UM - SERIAL NO 117855. CAIXA COM 1 UNIDADE			1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
28	471421	COLUNA CROMATOGRÁFICA CAPILAR (CROMATOGRAFIA GASOSA- CG) 60METER X0,25MM, CARBOWAX 20M 1.0UM - SERIAL NO117854 POLIETILENOGLICOL CAIXA COM 1UNIDADE			1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
29	413017	COLUNA PARA HPLC - C18 , COM DIMENSÕES150MM X 4,6 MM E 5,0 M DE PARTÍCULA		AGILENT	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
30	443906	COLUNA PARA HPLC - C8 , COM DIMENSÕES150MM X 4,6 MM E 5,0 M DE PARTÍCULA.		AGILENT	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
31	479654	ELEMENTO FILTRANTE PARA FILTRO DE SORÇÃO DE SAÍDA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000009578	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
32	444745	ERLENMEYER. MATERIAL: VIDRO. GRADUAÇÃO: GRADUADO. VOLUME: 250 ML . ACESSÓRIOS: COM ROLHA DE PLÁSTICO			6	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
		ERLENMEYER. MATERIAL: VIDRO.						

33	433611	GRADUAÇÃO: GRADUADO. VOLUME: 500 ML . ACESSÓRIOS: COM ROLHA DE PLÁSTICO.			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
34	409375	ESPÁTULA COM MICROCOLHER EM AÇO INOX 33cm x 14mm			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
35	445680	ESPÁTULA DE PLÁSTICO TIPO POLIPROPILENOAUTOCCLAVÁVEL TAMANHO: 20X100MM			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
36	427124	ESPÁTULA DE PLÁSTICO TIPO POLIPROPILENOCOM COLHER TAMANHO: 150 MM			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
37	420795	FIBRA PARA SPME 75M CARBOXEN-PDMS SPME FIBER.		SUPELCO, TRC	4	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
38	421082	FILME SELADOR PARA MICROPLACAS PCR 96 PARA PLACAS DE 96 POÇOS, TRANSLÚCIDO, ADESIVO RESISTENTE, LIVRE DE DNA, DNASE, RNASE E PIROGÊNIOS, ABAS LATERAIS DESTACÁVEIS, RESISTENTE A TEMPERATURAS ENTRE DE -40°C E 120°C, DIMENSÕES: 77,8 X 135,5 MM .			3	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
39	424045	FILTRO DE ABSORÇÃO DE ENTRADA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22033073	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
40	424045	FILTRO DE ABSORÇÃO DE SAÍDA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000012970	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
41	424045	FILTRO DE POEIRA (INTERNO)		LUMEX INSTRUMENTS PART Nº 0100008531	1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
42	637697	FILTRO DE SERINGA DESCARTÁVEL, DIÂMETRO13MM , PTFE, HIDROFÍLICO, PORO 0,22MICRÔMETROS. PACOTE COM 100 UNIDADES			1500	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
43	476835	FILTRO DE SERINGA DESCARTÁVEL, DIÂMETRO13MM , PTFE, HIDROFÓBICO, PORO 0,22 MICRÔMETROS, PACOTE COM 100 UNIDADES			1500	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
44	410119	FILTRO DE SERINGA EM NYLON 0,22 M (PORO) E 13 MM (DIÂMETRO) CAIXA COM 100UNIDADES			1000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
45	622800	FILTRO DE SORÇÃO (ENTRADA)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 100008540	1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
46	622800	FILTRO DE SORÇÃO EXTERNO PARA RP-92		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000012943	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
47	421002	FRASCO DE VIDRO AMBAR DE 100ML COM TAMPA DE ROSCA E BATOQUE			10	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
48	409426	FRASCO DE VIDRO AMBAR DE 250ML COM TAMPA DE ROSCA E BATOQUE			10	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
49	409447	FRASCO REAGENTE GRADUADO EMBOROSSILICATO, QUE CONTA COMDISPOSITIVO ANTIGOTAS. ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A ATAQUES			4	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO

		QUÍMICOS.AUTOCLAVÁVEL (121°C POR 30 MINUTOS), VOLUME 2000ML.						
50	415076	INSERT CÔNICO DE MICRO VOLUME COM PÉDE POLÍMERO PARA FRASCOS USADOS EMAUTO INJETOR DE CROMATÓGRAFO À GÁS, VOLUME DE 150 UL			40	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
51	471223	KIT STANDARD OPENING 8-425, COMPATÍVELCOM AMOSTRADORES BECKMAN, HITACHI,LEAP, PERKIN ELMER, SHIMADZU, VARIAN,WATERS, CONSTITUÍDO POR: VIALS DEBOROSILICATO COM ROSCA;ÂMBAR /GRADUADO; VOLUME1.5ML; DIÂMETRODE TOPO 8MM; DIMENSÕES 12X32MM;TAMPADE ROSCA EM POLIPROPILENO PRETA; SEPTOPTFE /SILICONE VERMELHA; EMBALAGEM COM100 UNIDADES. (VIAL/TAMPA /SEPTO)			1000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
52	446060	Bulbo de lâmpada para analisador de mercúrio Lumex Part Nº: 21012514		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 21012514	1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
53	414578	LÂMPADA DE MERCÚRIO para analisador de mercúrio Lumex RA-915M Par Nº: 1000012484		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000012484	1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
54	350633	LÂMPADA INFRAVERMELHA BR125, TENSÃO: 220V, POTÊNCIA:250W, BASE: E27			1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
55	410145	MEMBRANA FILTRANTE EM NYLON 0,45 µM (PORO) E 47 MM (DIÂMETRO)			1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
56	410174	MEMBRANAS MCE SUPERFÍCIE PLANA BRANCA- PACOTE COM 100 UNIDADES , DIÂMETRO DOPORO 0.80M, DIÂMETRO DA MEMBRANA 37MM.			1000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
57	430849	PAR DE JANELAS DE QUARTZO, DIÂMETRO 19 MM		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 0100007578	2	UNIDADE (PAR)	SIGILOSO	SIGILOSO
58	442233	PAR DE JANELAS DE QUARTZO, DIÂMETRO 32 MM		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 0100006959	2	UNIDADE (PAR)	SIGILOSO	SIGILOSO
59	424820	PAR DE JANELAS DE QUARTZO, DIÂMETRO 38 MM		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 0100006940	2	UNIDADE (PAR)	SIGILOSO	SIGILOSO
60	410026	PARAFILM "M", ROLO COM 10,2 CM LARGURA X 38,1 M DE COMPRIMENTO			4	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
61	470778	PINÇA MOHR AÇO CROMADO 60 MM			2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
62	414254	PIPETA VOLUMÉTRICA CLASSE A ESGOTAMENTO TOTAL. FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP. VOLUME DE 100ML			20	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
63	414304	PLACA PARA PCR COM 96 POÇOS (0.1 ML),COMPATÍVEL COM O TERMOCICLADOR. CAIXA(COM 10 PLACAS)		THERMOFISHER - APPLIEDBIOSYSTEM 7500 FAST.	300	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO

64	414304	PLACA PARA PIROSEQUENCIAMENTO. COMPATÍVEL COM PYROMARK Q96 PLATE LOW. CAIXA (COM 10 PLACAS)			300	UNIDADE (CAIXA COM 10 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
65	408694	PONTEIRA PARA LABORATÓRIO, COM FILTRO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 10 MCL , ESTÉRIL, APIROGÊNICO, LIVRE DEDNASE E RNASE, USO DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
66	409892	PROVETA COM TAMPA, MATERIAL VIDRO, GRADUADA, CAPACIDADE 100 ML , BASE PLÁSTICA			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
67	409882	PROVETA COM TAMPA, MATERIAL VIDRO, GRADUADA, CAPACIDADE 500 ML , BASE PLÁSTICA			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
68	409902	PROVETA GRADUADA DE VIDRO BOROSSILICATO, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO NA COR BRANCA EM TINTACERÂMICA, VOLUME 100 ML .			5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
69	626820	QUEBRADOR/CORTADOR (UTILIZADO PARA CORTAR TUBOS DE VIDRO DE AMOSTRAGEM DE AR DO TIPO XAD2 OU CARVÃO). MATERIAL METÁLICO /AÇO/ALUMINIO. TAMANHO PEQUENO DE 6 E 7MM .		SKC - REFERÊNCIA 222-3-50.	3	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
70	443469	SERINGA DE POLIPROPILENO; TIPO PARA INSULINA; ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; TRANSPARENTE; ATÓXICA; SEM AGULHA: BICO LUER SLIP. VOLUME DE 1ML . CAIXA COM 100 UNIDADES			20	EMBALAGEM 100 UNIDADES	SIGILOSO	SIGILOSO
71	618486	SUPELCOSIL™ LC-PAH HPLC COLUMN. 5 MPARTICLE SIZE, L × I.D. 15 CM × 4.6 MM .		MERCK; SUPELCO - REF 58318	2	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
72	436693	SUORTE PARA 5 BARCAS DE QUARTZO		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000020632	5	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
73	624016	TUBO CAPILAR, LINER 1.2MM ID 78.5 MM PACOTE COM 5 UNIDADES . TUBO PEÇA INTERNA DO CGMSMS.		THERMO	5	UNIDADE (CAIXA COM 5 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
74	408187	TUBO CRIOGÊNICO DE 5 ML, EMPOLIPROPILENO, COM FUNDO CÔNICO E BASEPARA SUSTENTAÇÃO, GRADUADO, COM ROSCAEXTERNA. ESTÉRIL. DIMENSÃO APROXIMADA: 16X58MM. PCT 200 UNIDADES			400	UNIDADE (CAIXA COM 200 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
75	409051	TUBO DE CENTRIFUGA, TIPO FALCON DE 15ML, FUNDO CÔNICO, FABRICADO EMPOLIPROPILENO; TAMPA À PROVA DEVAZAMENTOS; LIVRE DE DNASE, RNASE EPIROGÊNIO; GRADUAÇÃO E ÁREA DEMARCAÇÃO LATERAL RESISTENTES ACLOROFÓRMIO; ESTERILIZADO PORRADIACÃO GAMA; AUTOCLAVÁVEL: 121°C, 15PSI, 15MIN. PACOTE COM 50 UNIDADES .		TPP; SARSTEDT	5000	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO
76	409050	TUBO DE CENTRIFUGA, TIPO FALCON DE 50ML, FUNDO CRÔNICO, FABRICADO EMPOLIPROPILENO, TAMPA A PROVA DEVAZAMENTO, LIVRE DE DNASE, RNASE EPIROGÊNIO, GRADUAÇÃO E ÁREA			50	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO

		DEMARCAÇÃO LATERAL RESISTENTES ACLOROFÓRMIO, ESTERILIZADO PORRADIAÇÃO GAMA, AUTOCLAVÁVEL 121°C,15PSI, 15MIN						
77	419335	TUBOS DE SILICONE (DIÂMETRO 4MM, COMPRIMENTO 1 M)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22043584	1	UNIDADE	SIGILOSO	SIGILOSO
78	430174	VIAL AMBAR, CRIMP, 2mL, TAMANHO 12X32mm (11mm cap). PACOTE COM 100 UNIDADES.			2000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)	SIGILOSO	SIGILOSO

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 114 (cinquenta e quatro) dias, contados da data de assinatura do Instrumento Substitutivo do Contrato, na forma do artigo 105 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência é compatível com a totalidade daqueles definidos nos itens 5 e 8 deste Termo de Referência. O início do prazo de vigência da contratação se dará com o pedido da contratante ou assinatura do contrato.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Havendo qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerão as especificações constantes do Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Os critérios de sustentabilidade da presente contratação estão alinhados às diretrizes do art. 5º da Lei nº 14.133 /2021, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e aos normativos correlatos aplicáveis, serão adotados os seguintes critérios:
- Priorização de produtos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil segregação de componentes;

- Comprovação mediante catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos ou declarações formais, quando solicitado.
- Utilização de matérias-primas provenientes de fontes legalmente constituídas e ambientalmente regulares;
- Emprego de materiais reciclados ou recicláveis, sempre que tecnicamente viável;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante o processo produtivo, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2. Requisitos de qualidade, validade e acondicionamento

4.2.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras, lacradas e sem avarias.

4.2.2. O prazo de validade no ato da entrega deverá ser, no mínimo, 80% do prazo total do produto.

4.2.3. Excepcionalmente, poderá ser admitido prazo inferior, mediante justificativa formal do fornecedor e anuência prévia da Administração.

4.2.4. O fornecedor deverá garantir que todos os produtos entregues estejam em conformidade com os padrões de identidade, qualidade, rotulagem e fiscalização estabelecidos pela legislação vigente, respondendo pela substituição imediata de quaisquer produtos que não atendam às exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas (MERCK, SUPELCO, THERMO, AGILENT, LUMEX INSTRUMENT, SKC, TPP, SARSTEDT, TRC, THERMO FISHER E FAST).

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por não se mostrar necessária diante das características do objeto e dos riscos envolvidos na contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é **produtos de origem nacional será de até 30 (trinta) dias** a partir da assinatura do termo substitutivo ao contrato. **Os itens importados terão prazo de entrega de até 90 (noventa) dias** contados da assinatura do Instrumento de Contrato. Em remessa única a cada pedido formulado pela Administração. O início do prazo de vigência da contratação se dará com o pedido da contratante ou assinatura do contrato.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.2.1. SEGEM/ENSP - Serviço de Gestão de Materiais - Pavilhão Ernani Braga - Rua Leopoldo Bulhões, nº1480, Manguinhos, Rio de Janeiro /RJ, Cep: 21041-210, mediante agendamento prévio obrigatório, de dia e hora da entrega.

5.2.1.1. A entrega deverá ser agendada: Serviço de Gestão de Materiais - SEGEM/ENSP, Pavilhão Ernani Braga, mediante agendamento prévio obrigatório, de dia e hora da entrega, através dos seguintes contatos: e-mail: almoxarifado.ensp@fiocruz.br ou pelo telefone: (21) 2598-2534/2668/2680, devendo observar.

a. Não serão aceitos ou recebidos produtos através de serviço de postagem via Correios ou SEDEX;

b. Serão recusados os produtos, objetos deste Termo de Referência, encaminhados pelos Correios ou SEDEX. Será de responsabilidade da contratada qualquer problema com devolução ou extravio, que venha acontecer com a mercadoria;

- c. Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome comercial do produto, nome do fabricante, data de validade, número do lote.
- d. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.
- e. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor , umidade, luz) determinadas pela Anvisa.
- f. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas. Cabendo à Contratada a responsabilidade exclusiva pela adequada execução do objeto, assumindo integralmente todos os riscos, encargos operacionais, logísticos.
- g. Os produtos entregues devem ter o prazo de validade mínima de 80% contados da data da entrega. Na impossibilidade de fornecer o produto que atenda aos prazos mínimos anteriormente citados, o fornecedor, desde que previamente autorizado pela ENSP, poderá atender ao pedido com validade menor que a estabelecida, mediante autorização da Administração.
- h. A ENSP se reserva o direito de não receber produtos com prazo de validade inferior ao especificado no Termo de Referência, ressalvados os casos de interesse da própria ENSP, desde que exista solicitação prévia do fornecedor e aceite da ENSP.
- i. Descrição detalhada de cada produto, constando todas as especificações técnicas; Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total; Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem; Marca, fabricante, modelo/referência e rótulo, quando aplicável;

5.3. Critérios de aceitação e rejeição

5.3.1. Os produtos serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento.

5.3.2. Serão recusados os itens que apresentarem: Embalagens violadas, danificadas, contaminadas ou com qualquer sinal de avaria ou deterioração; Indícios de comprometimento da integridade física ou esterilidade; Rotulagem ausente, irregular, inadequada ou em desacordo com as normas aplicáveis; Validade inferior ao mínimo exigido; Divergência em relação às especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas estabelecidas no Termo de Referência ou na proposta contratada. Ausência da documentação técnica, certificados, registros ou demais documentos exigidos neste Termo de Referência, quando aplicáveis.

5.3.3. Na ocorrência de recusa, total ou parcial, o fornecedor ficará obrigado a promover a substituição dos insumos rejeitados, no prazo a ser fixado pela Administração, contados da notificação formal, sem quaisquer ônus adicionais, inclusive quanto a frete, transporte, carga e descarga.

5.3.4. O descumprimento do disposto no subitem anterior sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas no edital, no contrato, na Lei nº 14.133/2021, e nas demais legislações aplicáveis, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c” 20% (vinte por cento) a 30%(trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30%(trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5 (cinco décimo por cento) a 20%(vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 0,5 (cinco décimo por cento) a 10%(dez por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/09/2026 data da aprovação da Nota Técnica Análise Crítica de Preços

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, de acordo com pedido:

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: ENSP

II) Fonte de recursos: 0151000000

III) Programa de trabalho: 006831500000000

IV) Elemento de despesa: 339030 e

V) Plano interno: A referida aquisição foi prevista no plano anual de contratações, PAC de 2025, no Sistema de Planejamento e Gerenciamento das contratações – PGC.

VI) A contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) Institucional, conforme PORTARIA Nº 646, de 30 de novembro de 2021.

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2026.

Assinado eletronicamente pelos responsáveis

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dia do recebimento da constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 02 (dois) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para

a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A

Por meio deste instrumento, ... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANA GONZAGA SANTOS DA CRUZ

Planejamento



Assinou eletronicamente em 14/10/2026 às 16:01:25.

VANESSA EMIDIO DABKIEWICZ

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 15/10/2026 às 08:55:51.

RENATO MARCULLO BORGES

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 15/10/2026 às 08:45:52.

ZILDA TEREZINHA SILVA DOS SANTOS

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 15/10/2026 às 09:10:31.

Despacho: Aprovo este Termo de Referência. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2026.

LEANDRO MUSSAUER OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/10/2026 às 09:29:38.

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Estudo Técnico Preliminar 69/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25388.000385/2026-86

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem o objetivo a **Aquisição de Material de Laboratório**, destinados ao desenvolvimento de metodologias que subsidiem as atividades de pesquisa, ensino e prestação de serviços do CESTEH. O Laboratório de Toxicologia atende a demandas provenientes dos Ministérios da Saúde (MS) e do Planejamento (MPOG), de sindicatos e de outras instituições organizadas, além de contemplar solicitações oriundas do Ambulatório de Saúde do Trabalhador do CESTEH, bem como estabelecer parcerias e cooperações técnicas intra e interinstitucionais com relevantes instituições científicas nacionais.

No âmbito do ensino, o laboratório desenvolve atividades teóricas e práticas voltadas ao aprofundamento de conhecimentos em toxicologia, monitoramento ambiental e biológico, avaliação de risco químico e saúde do trabalhador. No campo da pesquisa, participa de projetos institucionais com financiamento nacional e internacional, além de executar procedimentos e atividades voltados ao desenvolvimento de métodos e ferramentas de diagnóstico laboratorial, com foco na avaliação da exposição a substâncias químicas de interesse ocupacional e ambiental.

A missão do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) é desenvolvimento de ensino, pesquisas, serviço e cooperação técnica na área de trabalho, saúde e ambiente, com foco no fortalecimento da saúde pública no país e no apoio à trabalhadores e suas organizações. As atividades do CESTEH são orientadas por valores institucionais próprios, sendo eles, a compreensão da centralidade do trabalho na determinação social do processo saúde-doença, o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos do saber e da experiência para transformação do trabalho e defesa coletiva da saúde, a defesa do SUS e da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST). No que concerne ao Ensino, configuram-se ações de formação de pesquisadores, professores, técnicos e trabalhadores para atuar no fortalecimento do campo, no âmbito do SUS e de outras instituições. No que tange à Pesquisa, desenvolvem-se estudos de caráter integrador e interdisciplinar abordando temas tradicionais no campo, como estudos clássicos relacionados à exposições a substâncias químicas adversas (como benzeno, amianto, mercúrio, chumbo, agrotóxicos, entre outros) à saúde dos trabalhadores com consequências socioambientais. Além disso, são desenvolvidas pesquisas sobre relações de produção e gênero, formação e comunicação em saúde do trabalhador, saúde de profissionais da saúde e da educação, e temas emergentes como nanotecnologia, cronobiologia, alterações genéticas e desastres ambientais. Quanto ao Serviço, o CESTEH conta com o Ambulatório de Saúde do Trabalhador e o Laboratório de Toxicologia, como referências nacionais que estão articulados com outros setores das políticas públicas e da sociedade para enfrentamento do quadro de agravos e doenças relacionadas ao trabalho e ao ambiente.

A contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de laboratório para atendimento às demandas do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana–CESTEH/ENSP/FIOCRUZ, destinados à execução de atividades de pesquisa, ensino, análises laboratoriais e suporte técnico-científico relacionadas à saúde do trabalhador e à ecologia humana.

A aquisição é necessária para assegurar a disponibilidade regular de insumos e materiais indispensáveis à realização dos procedimentos laboratoriais, incluindo atividades de coleta, preparação, processamento, análise e acondicionamento de amostras, conforme as necessidades dos projetos e atividades institucionais.

A solução pretende suprir a necessidade de reposição e manutenção dos estoques, evitando a descontinuidade ou o comprometimento das atividades laboratoriais em razão da indisponibilidade de materiais, bem como assegurar condições adequadas para a execução dos trabalhos com qualidade, segurança, confiabilidade e rastreabilidade.

Problema a ser solucionado

A insuficiência ou indisponibilidade de materiais laboratoriais pode ocasionar interrupções, atrasos ou limitações na execução de pesquisas, análises e demais atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo CESTEH, comprometendo cronogramas, resultados e o cumprimento das atividades institucionais.

Resultados Pretendidos

Com a contratação, pretende-se:

- garantir o abastecimento regular dos materiais necessários às atividades laboratoriais;
- assegurar a continuidade das pesquisas, análises e atividades de ensino;
- reduzir o risco de interrupções decorrentes da falta de insumos;
- proporcionar condições adequadas para a execução dos procedimentos laboratoriais;
- contribuir para a qualidade, segurança e confiabilidade dos resultados obtidos; e
- atender às demandas institucionais do CESTEH de forma planejada e eficiente.

Impactos da Não Contratação

A não contratação poderá resultar na indisponibilidade de materiais essenciais à execução das atividades laboratoriais, ocasionando atrasos ou interrupções em pesquisas, análises e atividades acadêmico-científicas, comprometendo o cumprimento de cronogramas e objetivos institucionais do CESTEH, além de potencialmente gerar prejuízos à continuidade das ações de pesquisa e produção de conhecimento desenvolvidas pela Unidade.

2.2. Em cumprimento ao Art. 5 da Lei 14.133/2021, informa-se que a contratação em epígrafe reveste-se de caráter essencial e de interesse público, sendo indispensável para o atendimento das necessidades dos laboratórios. Em consonância com um dos princípios da Lei mencionada a aquisição dos insumos supramencionados, configura-se como necessário à provisão dos insumos imprescindíveis ao regular funcionamento dos serviços de saúde ofertados pelo Centro De Estudos Da Saúde Do Trabalhador e Ecologia Humana - CESTEH.

2.3. A contratação pretendida busca suprir os insumos indispensáveis ao funcionamento do CESTEH, viabilizando a execução adequada das ações assistenciais, em consonância com os objetivos institucionais de promoção da saúde, cuidado integral e fortalecimento das práticas humanizadas no âmbito do SUS.

2.4. Pretende-se, por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, estabelecer instrumento eficiente para aquisições futuras e parceladas, garantindo maior flexibilidade na gestão de estoques, evitando desperdícios e promovendo melhor planejamento das contratações públicas.

2.5. O Sistema de Registro de Preços possibilita, ainda, ganhos de escala, padronização dos insumos, melhoria do controle administrativo e racionalização dos gastos públicos, atendendo às diretrizes de governança, planejamento e eficiência exigidas pelos órgãos de controle externo e interno.

2.6. Verifica-se que a contratação é necessária, adequada e compatível com as necessidades institucionais das unidades demandantes, contribuindo para o fortalecimento da identidade institucional da ENSP/Fiocruz, para a melhoria da comunicação com a sociedade, para o apoio às atividades assistenciais, científicas, educacionais e socioambientais, bem como para a execução eficiente das políticas públicas de saúde, educação e sustentabilidade, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, desenvolvimento nacional sustentável e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CENTRO DE ESTUDOS DA SAÚDE DO TRABALHADOR E	

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos gerais do objeto

4.1.1. A contratação compreende o fornecimento de material de laboratório destinados ao CESTEH, devendo todos os produtos atender integralmente às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e, posteriormente, no Termo de Referência.

4.1.2. Os materiais deverão ser novos, sem uso anterior, fidelidade às especificações técnicas e à identidade visual institucional, sendo vedado o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados ou fora das especificações estabelecidas.

4.2. Requisitos de sustentabilidade

4.2.1. Os critérios de sustentabilidade da presente contratação estão alinhados às diretrizes do art. 5º da Lei nº 14.133 /2021, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e aos normativos correlatos aplicáveis, serão adotados os seguintes critérios:

- Priorização de produtos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil segregação de componentes;
- Comprovação mediante catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos ou declarações formais, quando solicitado.
- Utilização de matérias-primas provenientes de fontes legalmente constituídas e ambientalmente regulares;
- Emprego de materiais reciclados ou recicláveis, sempre que tecnicamente viável;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante o processo produtivo, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.3. Requisitos de qualidade, validade e acondicionamento

4.3.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras, lacradas e sem avarias.

4.3.2. O prazo de validade no ato da entrega deverá ser, no mínimo, 80% do prazo total do produto.

4.3.3. Excepcionalmente, poderá ser admitido prazo inferior, mediante justificativa formal do fornecedor e anuência prévia da Administração.

4.3.4. O fornecedor deverá garantir que todos os produtos entregues estejam em conformidade com os padrões de identidade, qualidade, rotulagem e fiscalização estabelecidos pela legislação vigente, respondendo pela substituição imediata de quaisquer produtos que não atendam às exigências legais e regulamentares aplicáveis.

4.4. Logística, entrega e rastreabilidade

4.4.1. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do instrumento substitutivo do Contrato a cada pedido.

4.4.2. A entrega dos bens deverá ser previamente agendada junto ao Serviço de Gestão de Materiais – SEGEM /ENSP, sendo condição obrigatória para o recebimento. O agendamento deverá ser realizado por meio dos seguintes canais de contato: e-mail: almoxarifado.ensp@fiocruz.br ou telefone: (21) 2598-2534 / 2668/2680.

4.4.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereço:

SEGEM/ENSP - Serviço de Gestão de Materiais - Pavilhão Ernani Braga - Rua Leopoldo Bulhões, nº1480, Manguinhos, Rio de Janeiro /RJ, Cep: 21041-210, mediante agendamento prévio obrigatório, de dia e hora da entrega.

4.4.4. Serão recusados os produtos, objetos do Termo de Referência, encaminhados pelos Correios ou SEDEX. Será de responsabilidade da contratada qualquer problema com devolução ou extravio, que venha acontecer com a mercadoria.

4.4.5. Não será efetuado o recebimento de quaisquer produtos pelo almoxarifado da ENSP sem a realização do prévio agendamento.

4.4.6. O fornecedor deverá assegurar a rastreabilidade dos produtos, contendo identificação de lote, fabricação e validade, possibilitando ações de controle, monitoramento e eventual recolhimento (recall).

4.4.7. Todas as despesas relativas ao transporte, frete, seguros, tributos, fiscais e demais custos necessários ao fornecimento dos produtos correrão exclusivamente por conta da Contratada.

4.4.8. A Contratada deverá observar rigorosamente os requisitos de qualidade, os prazos de entrega, as condições de validade, o acondicionamento e todas as demais especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4.8.1. Serão recusados, no todo ou em parte, a critério da administração, os produtos que não estiverem em conformidade com as especificações, requisitos técnicos e condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.4.9. Os produtos deverão ser transportados e acondicionados em condições que preservem sua integridade, qualidade e eficácia, observando as recomendações do fabricante e a legislação aplicável.

4.4.10. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, danificadas, adulteradas, reembaladas ou que apresentem indícios de armazenamento ou transporte inadequados.

4.5. Critérios de aceitação e rejeição

4.5.1. Os produtos serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento.

4.5.2. Serão recusados os itens que apresentarem:

- Embalagens violadas, danificadas, contaminadas ou com qualquer sinal de avaria ou deterioração;
- Indícios de comprometimento da integridade física ou esterilidade;
- Rotulagem ausente, irregular, inadequada ou em desacordo com as normas aplicáveis;
- Validade inferior ao mínimo exigido;
- Divergência em relação às especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas estabelecidas no Termo de Referência ou na proposta contratada.
- Ausência da documentação técnica, certificados, registros ou demais documentos exigidos neste Termo de Referência, quando aplicáveis.

4.5.3. Na ocorrência de recusa, total ou parcial, o fornecedor ficará obrigado a promover a substituição dos insumos rejeitados, no prazo a ser fixado pela Administração, contados da notificação formal, sem quaisquer ônus adicionais, inclusive quanto a frete, transporte, carga e descarga.

4.5.4. O descumprimento do disposto no subitem anterior sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas no edital, no contrato, na Lei nº 14.133/2021, e nas demais legislações aplicáveis, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

4.6. Obrigações do fornecedor e responsabilização

4.6.1. O fornecedor deverá garantir conformidade integral com normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho.

4.6.2. Será responsável pela substituição de produtos irregulares e por danos decorrentes de falhas de qualidade.

4.6.3. Deverá manter documentação técnica atualizada disponível para fiscalização.

4.7. Padronização, planejamento e transparência

4.7.1. Em atendimento ao disposto nos arts. 18 da Lei nº 14.133. Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras do Governo Federal (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>), tendo sido verificado que não consta item padronizado correspondente ao objeto desta contratação. Dessa forma, a não utilização do Catálogo encontra-se justificada, uma vez que não foi identificado item padronizado aplicável à presente contratação, onde serão adotadas no Termo de Referência as especificações necessárias ao atendimento da necessidade da Administração.

4.7.1.1. As características técnicas estabelecidas no Termo de Referência correspondem aos requisitos mínimos e essenciais de desempenho, qualidade, funcionalidade, segurança e compatibilidade necessários ao atendimento da necessidade administrativa que fundamenta a presente contratação, sendo vedada a inclusão de especificações excessivas, irrelevantes ou potencialmente restritivas à competitividade.

4.7.1.2. As especificações adotada visam promover a uniformidade das aquisições, a racionalização dos procedimentos administrativos, a eficiência na gestão dos materiais e a observância dos princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em estrita conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

4.7.1.3. A avaliação da conformidade das propostas e dos produtos ofertados será realizada com base nas especificações técnicas, requisitos de desempenho, qualidade, funcionalidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, observados os princípios da isonomia, da competitividade, da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração e do julgamento objetivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.7.2. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2025.

4.7.3. Em observância à Lei de Acesso à Informação, este documento possui caráter público, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), estando classificado como informação de interesse coletivo ou geral, conforme disposto no art. 6º, inciso VI, da referida Lei. Adicionalmente, atende ao previsto no art. 10 da Instrução Normativa nº 81/2022, garantindo transparência e acesso às informações nele contidas.

4.7.4. Informa-se que o objeto desta contratação não se encontra contemplado no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras da Administração Pública Federal. Dessa forma, foram adotadas as especificações técnicas padronizadas constantes do Catálogo de Materiais da ENSP, elaboradas com base em critérios técnicos, normas legais e regulamentares aplicáveis, de modo a assegurar a ampla competitividade, a padronização institucional e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.8. Condições comerciais e proposta

4.8.1. Os preços deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos, incluindo, demais tributos, encargos e logística.

4.8.2. A validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.3. Os produtos caracterizam-se como materiais de consumo. Adicionalmente, se enquadram como de natureza comum, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.8.4. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para a realização do levantamento de preço foi realizada pesquisas de valores praticados no mercado por meio de consultas em sítios eletrônicos especializados, visando à obtenção de parâmetros compatíveis com os preços usualmente praticados.

5.2. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP;

5.3. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns, de que tratam a Lei nº 14.133 /2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado;

5.4. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP;

5.5. A pesquisa de preços será atualizada pela área de compras da instituição, mediante consulta a empresas no ramo de atividade disponíveis no mercado e plataformas governamentais;

5.6. O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

5.7. Foram analisadas contratações similares feitas na FIOCRUZ em outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração;

5.8. Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos produtos a serem adquiridos, onde diversas empresas podem atender ao objeto pretendido, por se tratar de objeto de natureza comum, disponíveis no mercado.

5.9. Desta forma este Estudo Técnico Preliminar, infere que a solução mais vantajosa de aquisição de Material de Laboratório é a adoção de Sistema de Registro de Preços, observando os princípios da eficiência, economicidade, e continuidade dos serviços públicos de saúde, o SRP se torna mais vantajoso pela seguintes razões:

a) racionalização dos procedimentos licitatórios, reduzindo o número de processos e custos administrativos;

b) mitigação de riscos de contratações emergenciais, decorrentes de oscilações de demanda ou atrasos no fornecimento;

c) promoção de preços uniformes e previamente registrados por ao menos 12 (doze) meses, garantindo

previsibilidade e controle do gasto público;

d) manutenção da flexibilidade orçamentária, uma vez que a contratação efetiva ocorre apenas quando houver necessidade e disponibilidade financeira.

5.10. A opção pelo uso de Sistema de Registro de Preços-SRP para a contratação está fundamentada no art. 3º, Inciso I, do Decreto nº 11.462, de 2023 diante da necessidade frequente de aquisição de Material de Laboratório.

5.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que tal exigência poderá limitar a participação de potenciais interessados onerando as empresas com a apresentação de uma das modalidades de garantia previstas em lei.

5.12. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de SRP, por item, critério de julgamento menor preço unitário.

5.13. Considerando que não se trata da primeira licitação para aquisição do objeto, e que é possível mensurar a demanda, o registro de preços indicará o total do quantitativo a ser adquirido.

5.14. A Administração atendeu ao princípio da padronização da Elaboração do Termo de Referência e Edital, conforme orientação modelos da AGU.

5.15. Será certificada a observância do art. 3º do Decreto /19 mediante autorização para instauração do certame.

5.16. Em observância aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos que a referida aquisição não se refere a criação ou expansão de ação governamental Decreto nº 10.193, que acarrete aumento da despesa, pois são despesas ordinárias e rotineiras da administração, e já estão previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes.

5.17. Em relação a manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento, o Pregão será realizado por item.

5.18. Administração analisou a viabilidade de realizar um procedimento auxiliar de credenciamento. Contudo, entendemos que essa solução não é vantajosa para o objeto da contratação, em razão dos seguintes riscos:

a) Inexistência de disputa de preços: O preço é geralmente fixado ou tabelado pela Administração. Isso elimina a competição por lances, o que pode impedir a obtenção de valores abaixo do mercado que ocorreriam em um pregão tradicional.

b) Preços fixos e defasagem: Como os preços são tabelados pelo órgão, o fornecedor perde a margem de negociação e pode sofrer prejuízos se o valor não for reajustado conforme a inflação ou oscilações de mercado.

c) complexidade na distribuição de demanda: Credenciar fornecedores com baixa capacidade técnica que, embora qualificados no papel, podem apresentar falhas operacionais na execução.

5.19. Dessa forma, a solução proposta pela ENSP engloba um processo planejado e sustentável, garantindo a disponibilidade regular de produtos para saúde essenciais, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

5.20. A adoção do mostra-se, portanto, juridicamente SRP (Sistema de Registro de Preços) adequada e tecnicamente recomendável, por proporcionar maior ampliação da disputa, transparência procedimental, racionalização dos recursos públicos e observância às diretrizes de governança das contratações públicas, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.21. As justificativas das marcas **(MERCK, SUPELCO, THERMO, AGILENT, LUMEX INSTRUMENT, SKC, TPP, SARSTEDT, TRC, THERMO FISHER E FAST)** encontram-se apensadas ao processo no SEI (6472206).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais de laboratório destinados ao atendimento das demandas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca–ENSP, visando assegurar condições adequadas para a continuidade e o desenvolvimento das atividades institucionais relacionadas ao ensino, à pesquisa, à produção de

conhecimento, à vigilância em saúde e às ações técnico-científicas desenvolvidas pelas unidades e laboratórios da Escola.

6.2. A aquisição de forma planejada e consolidada mostra-se tecnicamente adequada para garantir o abastecimento regular dos laboratórios, reduzindo o risco de interrupção ou comprometimento de atividades que dependam da disponibilidade dos materiais. A definição dos itens e respectivos quantitativos deverá considerar as demandas apresentadas pelas áreas requisitantes, o histórico de consumo, a programação das atividades, a demanda projetada e a capacidade de armazenamento institucional.

6.3. Os materiais a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando requisitos de qualidade, desempenho, segurança, acondicionamento, validade, integridade das embalagens e demais requisitos técnicos e regulatórios aplicáveis a cada item. Quando pertinente, deverão ser observadas as exigências estabelecidas pelos órgãos competentes, inclusive quanto a registros, autorizações, certificações ou outras condições regulatórias necessárias à comercialização e utilização dos produtos.

6.4. A solução também deverá assegurar o adequado fornecimento, transporte e entrega dos materiais, de modo a preservar suas características e condições de uso, especialmente para produtos que apresentem requisitos específicos de conservação, armazenamento, validade ou transporte. Deverá ser observada, ainda, a necessidade de entrega de produtos dentro do prazo de validade adequado ao consumo institucional, de forma a minimizar perdas e desperdícios.

6.5. Sob o aspecto da eficiência e da economicidade, a aquisição centralizada dos materiais previstos possibilita racionalizar os procedimentos administrativos, promover maior padronização dos itens utilizados, reduzir a fragmentação das aquisições e ampliar a competitividade, possibilitando a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, sem comprometer os requisitos de qualidade e desempenho necessários às atividades laboratoriais.

6.6. A solução deverá considerar, ainda, critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, priorizando, quando técnica e economicamente viável, materiais que apresentem menor impacto ambiental, redução de desperdícios, embalagens adequadas, possibilidade de reciclagem ou destinação ambientalmente adequada dos resíduos e utilização racional dos recursos, em consonância com as diretrizes institucionais de sustentabilidade da Fiocruz e com a legislação aplicável.

6.7. Assim, a solução como um todo mostra-se tecnicamente viável, operacionalmente adequada e alinhada às necessidades institucionais da ENSP, permitindo o atendimento das demandas laboratoriais de maneira planejada, segura e eficiente, contribuindo para a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e demais ações institucionais, bem como para a adequada aplicação dos recursos públicos.

6.8. A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilitará a contratação dos itens de acordo com a necessidade da Administração, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos e assegurando a disponibilidade dos materiais durante a vigência da ata.

6.9. Em acordo com o Art. 40, inc. II da Lei 14.133/2021, a solução em rogo se utilizará do Registro de Preços para a aquisição pretendida, de modo a flexibilizar o planejamento de demandas, reduzir significativamente o tempo de aquisição e melhorar o aproveitamento do espaço físico pela Administração. Tal atende as necessidades contínuas, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação.

6.10 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na modalidade Pregão tipo SRP, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

6.11. Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é a solução mais adequada, pois:

- a) Permite a aquisição escalonada, conforme a efetiva necessidade da unidade, sem a obrigatoriedade de contratação de quantidade pré determinada, garantindo flexibilidade administrativa;
- b) Evita a formação de estoques excessivos que podem gerar perdas materiais, especialmente considerando a validade limitada dos produtos alimentares;
- c) Assegura disponibilidade regular de itens essenciais ao atendimento clínico e nutricional dos pacientes, com agilidade no atendimento das demandas variáveis;
- d) Está alinhado com o princípio da eficiência, evitando desperdícios de recursos públicos e otimizando a logística de suprimentos;

6.12. Por fim, o mercado nacional dispõe de diversas marcas e fornecedores que oferecem tais produtos, com segurança, qualidade e rastreabilidade garantidas, sendo, portanto, a única alternativa tecnicamente viável.

6.13. Não se aplicam exigências de manutenção ou assistência técnica, por se tratar de material de consumo descartável de uso único.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A metodologia utilizada para estimar o quantitativo proposto baseou-se na análise do consumo histórico de anos anteriores, nas demandas previstas decorrentes de projetos já firmados e em negociação, bem como nos critérios técnicos estabelecidos para o atendimento de demandas urgentes relacionadas a agravos de saúde pública e emergências ambientais. Essa abordagem possibilita aprimorar o planejamento de compras e gestão de estoques, contribuindo para a prevenção de excessos ou insuficiências de produtos.

7.2. Como se trata de registro de preços, sem obrigatoriedade de compra, o risco de super abastecimento é mitigado.

7.3. Segurança operacional: A margem protege o trabalho operacional da ENSP contra riscos vinculados à insuficiência de estoques, evitando falhas não fornecidas e a consequente paralisação de serviços essenciais.

7.4. A necessidade de manutenção de estoque mínimo de segurança.

7.5. Ressalta-se que a estimativa foi elaborada de forma integrada às demais contratações da unidade, observando-se a interdependência entre os insumos utilizados nos procedimentos assistenciais, com vistas à obtenção de economia de escala, racionalização dos recursos e maior eficiência na gestão dos materiais.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA (A CONTRATAR NO ETP E TR)	INFORMAÇÕES PARA ETP E TR	MARCA	QTDE	UNIDADE DE FORNECIMENTO
1	474997	ANEL DE VEDAÇÃO PARA SUPORTE DE BARCA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22029937	1	UNIDADE
2	409241	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 10,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		25	UNIDADE
3	409243	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 100,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		20	UNIDADE
4	409236	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 25,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		10	UNIDADE
5	409242	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO BOROSILICATO, CLASSE A, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 50,00 ML	FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP		15	UNIDADE
6	436693	BARCA DE QUARTZO COM SUPORTE (12CM ; 40MM)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000010149	1	UNIDADE
7	436693	BARCO DE QUARTZO COM SUPORTE (15CM ; 70MM)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000010158	6	UNIDADE

8	408835	BARRA MAGNÉTICA CILÍNDRICA LISA EM TEFLON RESISTENTE A TEMPERATURAS DE -50+120°C - 5X10 MM			4	UNIDADE
9	603968	BARRA MAGNÉTICA LISA REVESTIDA EM TEFLON - 10MM DE DIÂMETRO X 20MM DE COMPRIMENTO			4	UNIDADE
10	603967	BARRA MAGNÉTICA LISA REVESTIDA EM TEFLON - 10MM DE DIÂMETRO X 30MM DE COMPRIMENTO			4	UNIDADE
11	409529	BASTÃO DE VIDRO FINO, NEUTRO, DE BOROSSILICATO, COM DIMENSÕES DE 30CM COMPRIMENTO X 5MM DE DIÂMETRO			3	UNIDADE
12	408277	BÉQUER DE VIDRO BOROSILICATO, COM BICO, GRADUADO, FORMA BAIXA, FUNDO PLANO, VOLUME 100 ML.			25	UNIDADE
13	408278	BÉQUER DE VIDRO, FORMA BAIXA, GRADUADO, COM BICO, CAPACIDADE 150 ML			15	UNIDADE
14	408266	BÉQUER EM BOROSILICATO, FORMA BAIXA, VOLUME 250 ML			5	UNIDADE
15	408275	BÉQUER EM BOROSILICATO, FORMA BAIXA, VOLUME 50 ML			20	UNIDADE
16	408261	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 100 ML , FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			25	UNIDADE
17	408251	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 25 ML , FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			16	UNIDADE
18	408265	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 25 ML , FORMATO FORMA BAIXA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			40	UNIDADE
19	419771	BÉQUER, MATERIAL VIDRO, GRADUADO, CAPACIDADE 250 ML , FORMATO FORMA ALTA, ADICIONAL COM ORLA E BICO			25	UNIDADE
20	623978	Borbulhador para reação e separação de fases líquida e gasosa para analisador de Mercúrio		LUMEX INSTRUMENTS - PART N° 22026596	2	UNIDADE
21	426576	CARTUCHO ADSORVENTE PARA AMOSTRADOR. TUBO DE XAD-2 (SKC INC., CAT. NO. 226-30-06, EIGHTY FOUR, PA, EUA) FOR ALIPHATIC HYDROCARBONS AND GASEOUS PAH. TUBE 8 X110-MM SIZE, 2 SECTIONS, 200/400 MGSORBENT, 20 /60 MESH, WITH GS ENDS AND WWW SEPARATORS, FITS TYPE B TUBE COVER, PK/50. CAIXA COM 50 UNIDADES		SKC	1000	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)
		CARTUCHO ADSORVENTE PARA AMOSTRADOR. FOR ALDEHYDES, CARTRIDGES IMPREGNATED WITH 2,4 - DINITROPHENYLHYDRAZINE SOLUTION (DNPH) (SKC INC., CAT. NO. 226-119. TUBO DE SÍLICA GEL SKC TRAT. 2,4-DINITROFENILHIDRAZINA, 300/150 MG,				UNIDADE

22	429535	20 UM(SORBENT TUBE, HIGH-PURITY SILICA GEL(ULTRA-LOW BACKGROUND), TREATED WITH(2,4-DINITROPHENYLHYDRAZINE), 6 X 110-MMSIZE, 2 SECTIONS, 150/300 MG SORBENT,20/40 MESH, WITH GS ENDS AND WWWSEPARATORS, FITS TYPE B TUBE COVER,PK/20) CAIXA COM 20 UNIDADES		SKC	300	(CAIXA COM 20 UNIDADES)
23	420795	CARTUCHO ADSORVENTE PARA AMOSTRADOR,TUBO DE CARVAO ATIVO ANASORB CSC100/50MG . ACTIVATED CHARCOALCARTRIDGES (SKC INC., CAT. NO. 226-01,EIGHTY FOUR, PA, EUA) WERE USED TOCOLLECT BTEX (CAIXA COM 50 UNIDADES)		SKC	1000	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)
24	456790	CARTUCHO DE AMOSTRAGEM DE XAD-7 PARA ANÁLISE DE FENOL E CRESOL NO AR, 100/50 MG, CAIXA COM 50 UNIDADES		SKC	150	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)
25	437723	CARTUCHO DE EXTRAÇÃO EM FASESÓLIDA,TROCA ANIÔNICA FORTE, SAX, DE500MG/3ML ; EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.		THERMO; AGILENT	500	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)
26	458181	COLUNA CAPILAR PARA CROMATOGRAFIA GASOSA, DB-5MS, 5% DE FENIL E 95% DEMETIL SILOXANO, 30 M DE COMPRIMENTO, 250MM DE DIÂMETRO INTERNO, 0,25 MM DEESPESSURA DE FILME.		AGILENT - REF122-5532	2	UNIDADE
27	471425	COLUNA CROMATOGRÁFICA CAPILAR (CROMATOGRAFIA GASOSA- CG) 30M X 0,25MM, CARBOWAX 20M 0,25UM - SERIAL NO 117855. CAIXA COM 1 UNIDADE			1	UNIDADE
28	471421	COLUNA CROMATOGRÁFICA CAPILAR (CROMATOGRAFIA GASOSA- CG) 60METER X0,25MM, CARBOWAX 20M 1.0UM - SERIAL NO117854 POLIETILENOGLICOL CAIXA COM 1UNIDADE			1	UNIDADE
29	413017	COLUNA PARA HPLC - C18 , COM DIMENSÕES150MM X 4,6 MM E 5,0 M DE PARTÍCULA		AGILENT	2	UNIDADE
30	443906	COLUNA PARA HPLC - C8 , COM DIMENSÕES150MM X 4,6 MM E 5,0 M DE PARTÍCULA.		AGILENT	2	UNIDADE
31	479654	ELEMENTO FILTRANTE PARA FILTRO DE SORÇÃO DE SAÍDA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000009578	2	UNIDADE
32	444745	ERLENMEYER. MATERIAL: VIDRO. GRADUAÇÃO: GRADUADO. VOLUME: 250 ML . ACESSÓRIOS: COM ROLHA DE PLÁSTICO			6	UNIDADE
33	433611	ERLENMEYER. MATERIAL: VIDRO. GRADUAÇÃO: GRADUADO. VOLUME: 500 ML . ACESSÓRIOS: COM ROLHA DE PLÁSTICO.			5	UNIDADE
34	409375	ESPÁTULA COM MICROCOLHER EM AÇO INOX 33cm x 14mm			5	UNIDADE
		ESPÁTULA DE PLÁSTICO TIPO				

35	445680	POLIPROPILENOAUTOCLAVÁVEL TAMANHO: 20X100MM			5	UNIDADE
36	427124	ESPÁTULA DE PLÁSTICO TIPO POLIPROPILENO COM COLHER TAMANHO: 150 MM			5	UNIDADE
37	420795	FIBRA PARA SPME 75M CARBOXEN- PDMS SPME FIBER.		SUPELCO, TRC	4	UNIDADE
38	421082	FILME SELADOR PARA MICROPLACAS PCR 96 PARA PLACAS DE 96 POÇOS, TRANSLÚCIDO, ADESIVO RESISTENTE, LIVRE DE DNA, DNASE, RNASE E PIROGÊNIOS, ABAS LATERAIS DESTACÁVEIS, RESISTENTE A TEMPERATURAS ENTRE DE -40°C E 120°C, DIMENSÕES: 77,8 X 135,5 MM.			3	UNIDADE
39	424045	FILTRO DE ABSORÇÃO DE ENTRADA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22033073	2	UNIDADE
40	424045	FILTRO DE ABSORÇÃO DE SAÍDA		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000012970	2	UNIDADE
41	424045	FILTRO DE POEIRA (INTERNO)		LUMEX INSTRUMENTS PART Nº 0100008531	1	UNIDADE
42	637697	FILTRO DE SERINGA DESCARTÁVEL, DIÂMETRO 13MM , PTFE, HIDROFÍLICO, PORO 0,22 MICRÔMETROS. PACOTE COM 100 UNIDADES			1500	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)
43	476835	FILTRO DE SERINGA DESCARTÁVEL, DIÂMETRO 13MM , PTFE, HIDROFÓBICO, PORO 0,22 MICRÔMETROS, PACOTE COM 100 UNIDADES			1500	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)
44	410119	FILTRO DE SERINGA EM NYLON 0,22 M (PORO) E 13 MM (DIÂMETRO) CAIXA COM 100 UNIDADES			1000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)
45	622800	FILTRO DE SORÇÃO (ENTRADA)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 100008540	1	UNIDADE
46	622800	FILTRO DE SORÇÃO EXTERNO PARA RP-92		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000012943	2	UNIDADE
47	421002	FRASCO DE VIDRO AMBAR DE 100ML COM TAMPA DE ROSCA E BATOQUE			10	UNIDADE
48	409426	FRASCO DE VIDRO AMBAR DE 250ML COM TAMPA DE ROSCA E BATOQUE			10	UNIDADE
49	409447	FRASCO REAGENTE GRADUADO EMBOROSSILICATO, QUE CONTA COM DISPOSITIVO ANTIGOTAS. ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A ATAQUES QUÍMICOS. AUTOCLAVÁVEL (121°C POR 30 MINUTOS), VOLUME 2000ML.			4	UNIDADE
50	415076	INSERT CÔNICO DE MICRO VOLUME COM PÉDE POLÍMERO PARA FRASCOS USADOS EM AUTO INJETOR DE CROMATÓGRAFO À GÁS, VOLUME DE 150 UL			40	UNIDADE
		KIT STANDARD OPENING 8-425,				

51	471223	COMPATÍVELCOM AMOSTRADORES BECKMAN, HITACHI,LEAP, PERKIN ELMER, SHIMADZU, VARIAN,WATERS, CONSTITUÍDO POR: VIALS DEBOROSILICATO COM ROSCA;ÂMBAR /GRADUADO; VOLUME1.5ML; DIÂMETRODE TOPO 8MM; DIMENSÕES 12X32MM;TAMPADE ROSCA EM POLIPROPILENO PRETA; SEPTOPTFE /SILICONE VERMELHA; EMBALAGEM COM100 UNIDADES. (VIAL/TAMPA /SEPTO)			1000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)
52	446060	BULBO DE LÂMPADA PARA ANALISADOR DE MERCÚRIO LUMEX PART Nº: 21012514		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 21012514	1	UNIDADE
53	414578	LÂMPADA DE MERCÚRIO para analisador de mercúrio Lumex RA-915M Par Nº: 1000012484		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000012484	1	UNIDADE
54	350633	LÂMPADA INFRAVERMELHA BR125, TENSÃO: 220V, POTÊNCIA:250W, BASE: E27			1	UNIDADE
55	410145	MEMBRANA FILTRANTE EM NYLON 0,45 µM (PORO) E 47 MM (DIÂMETRO)			1	UNIDADE
56	410174	MEMBRANAS MCE SUPERFÍCIE PLANA BRANCA- PACOTE COM 100 UNIDADES , DIÂMETRO DOPORO 0.80M, DIÂMETRO DA MEMBRANA 37MM.			1000	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)
57	430849	PAR DE JANELAS DE QUARTZO, DIÂMETRO 19 MM		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 0100007578	2	UNIDADE (PAR)
58	442233	PAR DE JANELAS DE QUARTZO, DIÂMETRO 32 MM		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 0100006959	2	UNIDADE (PAR)
59	424820	PAR DE JANELAS DE QUARTZO, DIÂMETRO 38 MM		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 0100006940	2	UNIDADE (PAR)
60	410026	PARAFILM "M", ROLO COM 10,2 CM LARGURA X 38,1 M DE COMPRIMENTO			4	UNIDADE
61	470778	PINÇA MOHR AÇO CROMADO 60 MM			2	UNIDADE
62	414254	PIPETA VOLUMÉTRICA CLASSE A ESGOTAMENTO TOTAL. FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 1042 E USP. VOLUME DE 100ML			20	UNIDADE
63	414304	PLACA PARA PCR COM 96 POÇOS (0.1 ML),COMPATÍVEL COM O TERMOCICLADOR. CAIXA(COM 10 PLACAS)		THERMOFISHER - APPLIEDBIOSYSTEM 7500 FAST.	300	UNIDADE (CAIXA COM 100 UNIDADES)
64	414304	PLACA PARA PIROSEQUENCIAMENTO. COMPATÍVEL COM PYROMARK Q96 PLATE LOW. CAIXA (COM 10 PLACAS)			300	UNIDADE (CAIXA COM 10 UNIDADES)
65	408694	PONTEIRA PARA LABORATÓRIO, COM FILTRO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 10 MCL , ESTÉRIL, APIROGÊNICO, LIVRE DEDNASE E RNASE, USO DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE			5	UNIDADE

66	409892	PROVETA COM TAMPA, MATERIAL VIDRO, GRADUADA, CAPACIDADE 100 ML , BASE PLÁSTICA			5	UNIDADE
67	409882	PROVETA COM TAMPA, MATERIAL VIDRO, GRADUADA, CAPACIDADE 500 ML , BASE PLÁSTICA			5	UNIDADE
68	409902	PROVETA GRADUADA DE VIDRO BOROSSILICATO, COM TAMPA ESMERILHADA, GRAVAÇÃO NA COR BRANCA EM TINTA CERÂMICA, VOLUME 100 ML.			5	UNIDADE
69	626820	QUEBRADOR/CORTADOR (UTILIZADO PARA CORTAR TUBOS DE VIDRO DE AMOSTRAGEM DE AR DO TIPO XAD2 OU CARVÃO). MATERIAL METÁLICO /AÇO/ALUMÍNIO. TAMANHO PEQUENO DE 6 E 7MM.		SKC - REFERÊNCIA 222-3-50.	3	UNIDADE
70	443469	SERINGA DE POLIPROPILENO; TIPO PARA INSULINA; ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; TRANSPARENTE; ATÓXICA; SEM AGULHA: BICO LUER SLIP. VOLUME DE 1ML . CAIXA COM 100 UNIDADES			20	EMBALAGEM 100 UNIDADES
71	618486	SUPELCOSIL™ LC-PAH HPLC COLUMN. 5 MPARTICLE SIZE, L × I.D. 15 CM × 4.6 MM.		MERCK; SUPELCO - REF 58318	2	UNIDADE
72	436693	SUPORTE PARA 5 BARCAS DE QUARTZO		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 1000020632	5	UNIDADE
73	624016	TUBO CAPILAR, LINER 1.2MM ID 78.5 MM PACOTE COM 5 UNIDADES. TUBO PEÇA INTERNA DO CGMSMS.		THERMO	5	UNIDADE (CAIXA COM 5 UNIDADES)
74	408187	TUBO CRIOGÊNICO DE 5 ML, EMPOLIPROPILENO, COM FUNDO CÔNICO E BASE PARA SUSTENTAÇÃO, GRADUADO, COM ROSCA EXTERNA. ESTÉRIL. DIMENSÃO APROXIMADA: 16X58MM. PCT 200 UNIDADES			400	UNIDADE (CAIXA COM 200 UNIDADES)
75	409051	TUBO DE CENTRIFUGA, TIPO FALCON DE 15ML, FUNDO CÔNICO, FABRICADO EMPOLIPROPILENO; TAMPA À PROVA DE VAZAMENTOS; LIVRE DE DNASE, RNASE EPIROGÊNIO; GRADUAÇÃO E ÁREA DE MARCAÇÃO LATERAL RESISTENTES A CLOROFORMIO; ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO GAMA; AUTOCLAVÁVEL: 121°C, 15PSI, 15MIN. PACOTE COM 50 UNIDADES.		TPP; SARSTEDT	5000	UNIDADE (CAIXA COM 50 UNIDADES)
76	409050	TUBO DE CENTRIFUGA, TIPO FALCON DE 50ML, FUNDO CÔNICO, FABRICADO EMPOLIPROPILENO, TAMPA À PROVA DE VAZAMENTO, LIVRE DE DNASE, RNASE EPIROGÊNIO, GRADUAÇÃO E ÁREA DE MARCAÇÃO LATERAL RESISTENTES A CLOROFORMIO, ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO GAMA, AUTOCLAVÁVEL 121°C, 15PSI, 15MIN			50	UNIDADE
77	419335	TUBOS DE SILICONE (DIÂMETRO 4MM, COMPRIMENTO 1 M)		LUMEX INSTRUMENTS - PART Nº 22043584	1	UNIDADE
78	430174	VIAL AMBAR, CRIMP, 2mL, TAMANHO 12X32mm (11mm cap). PACOTE COM			2000	UNIDADE (CAIXA COM

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor referencial usado inicialmente foi baseado nos valores inseridos no Plano Anual de Contratações de 2025.

8.2. O custo estimado efetivo para esta aquisição será registrado no Termo de Referência após obtidos valores atualizados por pesquisa de mercado a ser realizada em conformidade com as especificações dos itens a serem adquiridos, tendo como critério o princípio da impessoalidade, e em observância com o preconizado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso V, alínea "b" do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A regra geral aplicável às contratações públicas é a do parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável, conforme diretrizes legais e entendimento consolidado dos órgãos de controle, com vistas à obtenção de melhores resultados para a Administração.

9.3. Dessa forma, admite-se o parcelamento, por meio de entregas fracionadas, em razão da natureza da demanda, que é contínua e variável ao longo do tempo. Tal medida visa:

- adequar o fornecimento à real necessidade da Administração;
- evitar a formação de estoques excessivos ou vencimento de materiais;
- otimizar o uso do espaço físico disponível para armazenamento;
- reduzir riscos de perdas e desperdícios;
- promover maior eficiência na gestão contratual.

9.4. A presente contratação admite o parcelamento da solução, uma vez que a licitação será realizada por itens, como objetivo de ampliar o potencial de competitividade entre os participantes do certame.

9.5. Assim, a solução adotada, com fornecimento por item conforme a demanda, mostra-se técnica e economicamente adequada, atendendo ao interesse público e às necessidades da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A pretensa contratação não guarda correlação ou interdependência com outras contratações da Unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

DFD nº 55/2025;

DFD nº 91/2025;

DFD nº 94/2025;

DFD nº 104/2025;

DFD nº 161/2025;

Número da contratação: 29/2026.

11.2. A contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) Institucional, conforme Portaria Nº 646, de 30 de novembro de 2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a formação do registro de preços, assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades assistenciais, por meio do fornecimento de insumos essenciais às rotinas laboratoriais e ambulatoriais, ao desenvolvimento de pesquisas científicas e à execução de metodologias analíticas.

12.2. Com a realização do Pregão Eletrônico, na forma de Registro de Preços, a instituição poderá adquirir os insumos com qualidade adequada e dentro de uma margem de preço acessível, além de evitar custos com armazenagem, pois os produtos são pedidos conforme a demanda gerando economia financeira pois reduz o desperdício, possibilitando a celeridade nas respostas às demandas.

12.3. A formação de Ata de Registro de Preços proporcionará maior flexibilidade administrativa e racionalidade no planejamento das aquisições, permitindo contratações conforme a demanda efetiva da unidade, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados, assegurando adequada gestão orçamentária e financeira.

12.4. A realização do Pregão Eletrônico, sob a sistemática do Sistema de Registro de Preços, ampliará a competitividade e a transparência do certame, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância dos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

12.5. A aquisição parcelada de acordo com cada pedido, conforme a necessidade real de consumo, reduzirá riscos de perdas decorrentes de vencimento de produtos, minimizará custos com armazenagem e evitará formação de estoques excessivos, promovendo melhor gestão logística e otimização dos recursos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para que o objeto seja contratado e entregue corretamente será necessário seguir as orientações do Setor de Almoxarifado, que contempla as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores, bem como o cumprimento de toda e qualquer especificidade no termo de referência.

13.2. Não será necessária a capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços, devido às especificidades do objeto a ser contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Conforme descrito do item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

14.2. A aquisição deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

- Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 5 da Lei 14.133/2021, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.
- DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81.
- Com o intuito de minimizar o impacto ambiental, a coleta dos resíduos gerados, bem como as embalagens contaminadas resultantes do consumo dos produtos é solicitada à COGIC/ Fiocruz para posterior incineração e /ou destinação adequada, conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde/ ENSP/ Fiocruz.
- Em atendimento a Instrução Normativa SLTI/MPOG no 10, de 12 de novembro de 2012, informamos que foi observado o documento elaborado pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).
- A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) da entidade e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS).
- O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade já em andamento na Fiocruz e fornece diretrizes para novas ações. Tem como principais objetivos:

a) difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito da Fiocruz;

b) promover a disseminação da sustentabilidade ambiental, econômica e social na comunidade da Fiocruz;

c) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;

d) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;

e) estabelecer parcerias, visando a reciclagem de resíduos ou a destinação ambientalmente correta; e

f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se tecnicamente e operacionalmente viável, tendo em vista a necessidade de aquisição de materiais de laboratório destinados à manutenção e ao adequado funcionamento das atividades institucionais de ensino, pesquisa, desenvolvimento científico, vigilância, assistência e demais ações laboratoriais desenvolvidas pela unidade.

Os materiais a serem adquiridos constituem insumos e/ou itens essenciais para a execução regular dos procedimentos laboratoriais, sendo utilizados de acordo com protocolos técnicos, metodologias estabelecidas e requisitos de qualidade, segurança e biossegurança aplicáveis. A disponibilidade desses materiais em quantidade e especificações compatíveis com as necessidades institucionais é indispensável para assegurar a continuidade das atividades e evitar interrupções decorrentes de desabastecimento.

A solução apresenta-se viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, uma vez que os materiais possuem ampla disponibilidade no mercado nacional, com existência de fornecedores aptos ao seu fornecimento e possibilidade de competição entre potenciais licitantes. As especificações poderão ser definidas com base em requisitos objetivos de desempenho, qualidade, compatibilidade, acondicionamento, validade e demais características necessárias à adequada utilização, sem direcionamento de marca ou fabricante, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANA GONZAGA SANTOS DA CRUZ

Planejamento



Assinou eletronicamente em 09/09/2026 às 14:03:48.

JULIO CESAR SIMOES ROSA

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 09/09/2026 às 13:46:28.

VANESSA EMIDIO DABKIEWICZ

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 09/09/2026 às 09:01:13.

RENATO MARCULLO BORGES

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 09/09/2026 às 15:03:57.

ZILDA TEREZINHA SILVA DOS SANTOS

Responsável Técnico CESTEH



Assinou eletronicamente em 10/09/2026 às 10:45:13.

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Ata de Registro de Preços 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	254450-ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	LUCIANA MIRANDA CUNHA	21/10/2026 14:48 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25388.000385/2026-86

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 25388.000385/2026-86

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, com sede na Rua Leopoldo Bulhões, 1.480, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0011-07, neste ato representada pelo Sr. Marco Antônio Carneiro Menezes, Diretor, nomeado pela Portaria nº 244 de 22 de junho de 2021 - PR, portador da Matrícula Funcional nº 0463303, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 25388.000385/2026-86, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Termo de Referência nº 54/2026, Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Material de Laboratório, especificado(s) no item 1.1 do Termo de Referência n.º 54/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]

--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	REQUISITANTE	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	QTDE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência nº 54/2026, e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Termo de Referência nº 54/2026; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Termo de Referência nº 54 /2026, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência nº 54/2026, anexo ao edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência nº 54/2026, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

13. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

RASCUNHO

ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Contrato 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	254450-ESCOLA NAC. DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	LUCIANA MIRANDA CUNHA	21/10/2026 16:09 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25388.000385/2026-86

1. CONTRATO

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 25388.000385/2026-86)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI
A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, com sede na Rua Leopoldo Bulhões nº 1.480, Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0010-26, neste ato representada pelo Diretor, nomeado pela Portaria XXXXX, de XX/XX/XXXX, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº XXXXX, de XX/XX/XXXX, portador da Matrícula Funcional nº 0463303, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25388.000385/2026-86 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 29/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Material de Laboratório, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 114 (cinquenta e quatro) dias, contados do(a) data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

Anexo IV - PORTARIA 53 2021 - CADASTRO SEI.pdf

PORTARIA Nº 53/2021 - COGEAD - DISCIPLINA A OBRIGATORIEDADE DO CADASTRO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI

PORTARIA Nº 53/2021

A Coordenadora Geral de Administração
no uso de suas atribuições,

1-PROPÓSITO

Disciplinar a obrigatoriedade do cadastro no Sistema Eletrônico de Informação – SEI a ser realizado pelos adjudicatários dos processos de contratação desta Fundação, nos termos da presente Portaria.

2 – DA OBRIGATORIEDADE DO CADASTRO NO SEI PELOS FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO

Todos os adjudicatários das contratações realizadas pela Fundação deverão obrigatoriamente realizar o seu cadastro no SEI dentro do prazo de 03 (três) dias contados da homologação do certame ou da ratificação da contratação direta.

Dessa forma, esta COGEAD recomenda que as competentes Unidades desta Fundação passem a adotar em seus Editais cláusula específica com a seguinte redação[1]:

17.DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (PROCESSOS ELETRÔNICOS)

17. 1 Homologado o resultado final da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados daquela data, para realização do cadastro de seu representante legal e de suas testemunhas no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, acessando o Link a seguir para cadastro de usuário externo
[2]:https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0.

O SEI é o sistema de informação onde tramita o processo digital da presente contratação e o cadastro do adjudicatário é obrigatório no prazo acima para fins de registro e assinatura

eletrônica dos instrumentos contratuais, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do art. 104 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 do mesmo diploma e demais cominadas em Lei e neste Edital.

17. 2 Em sendo realizada a contratação, o adjudicatário será devidamente notificado da disponibilização no SEI do Termo de Contrato respectivo e deverá assiná-lo eletronicamente, necessariamente, no mesmo dia de sua disponibilização, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do subitem acima, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei e neste Edital.

3- DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam revogadas por força desta Portaria quaisquer disposições internas eventualmente contrárias.

4 - PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

PORTARIA Nº 20, de 10 de fevereiro de 2026

O Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, no uso da competência que lhe confere o artigo 52, alínea 1, do regimento interno desta Escola e o descrito na Portaria da Presidência da Fiocruz n.244/2021-PR.

RESOLVE:

1.0 - PROPÓSITO

Constituir Comissão para Recebimento de Materiais no âmbito do Serviço de Gestão de Materiais – Segem.

2.0 - OBJETIVO

Constituir Comissão para Recebimento de Materiais no âmbito do Serviço de Gestão de Materiais – Seguem, para receber e examinar os produtos adquiridos no que diz respeito à sua conformidade, qualidade, e quantidade, tendo por fundamento legal o disposto no artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, § 1º e 6º ambos da Lei 14.133/2021.

3.0 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

A Comissão para Recebimento de Materiais será composta pelos seguintes membros:

- Simone Delmondes Moreira - Matrícula Siape: 15543501
- Elza Ribeiro Mendonça - Matrícula Siape: 1266099
- Fabrício Romero Saavedra – Matrícula Siape: 15561314
- Rodrigo Vieira de Santana – CPF: 145.956.187-27
- Luiz Antônio da Cunha Smera – CPF: 123.235.287-00
- Valdeci Verediano – CPF: 829.798.047-20

4.0 - ATRIBUIÇÕES

4.1. Receber e examinar, no que diz respeito à sua conformidade, qualidade, e quantidade, o material entregue pelo fornecedor em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente.

4.2. Rejeitar o produto sempre que estiver fora das especificações do contrato ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade.

4.3. Requerer ao solicitante a indicação de servidor habilitado, com conhecimento técnico especializado na área pertinente, para análise e parecer técnico do material adquirido sempre que julgar necessário.

5.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e Altera Portaria 27/2024.

Marco Antonio Carneiro Menezes
Diretor da Ensp



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Carneiro Menezes, Diretor**, em 10/02/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5895405** e o código CRC **E1CC6462**.

Referência: Processo nº 25388.000033/2026-21

SEI nº 5895405

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento

IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2____

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

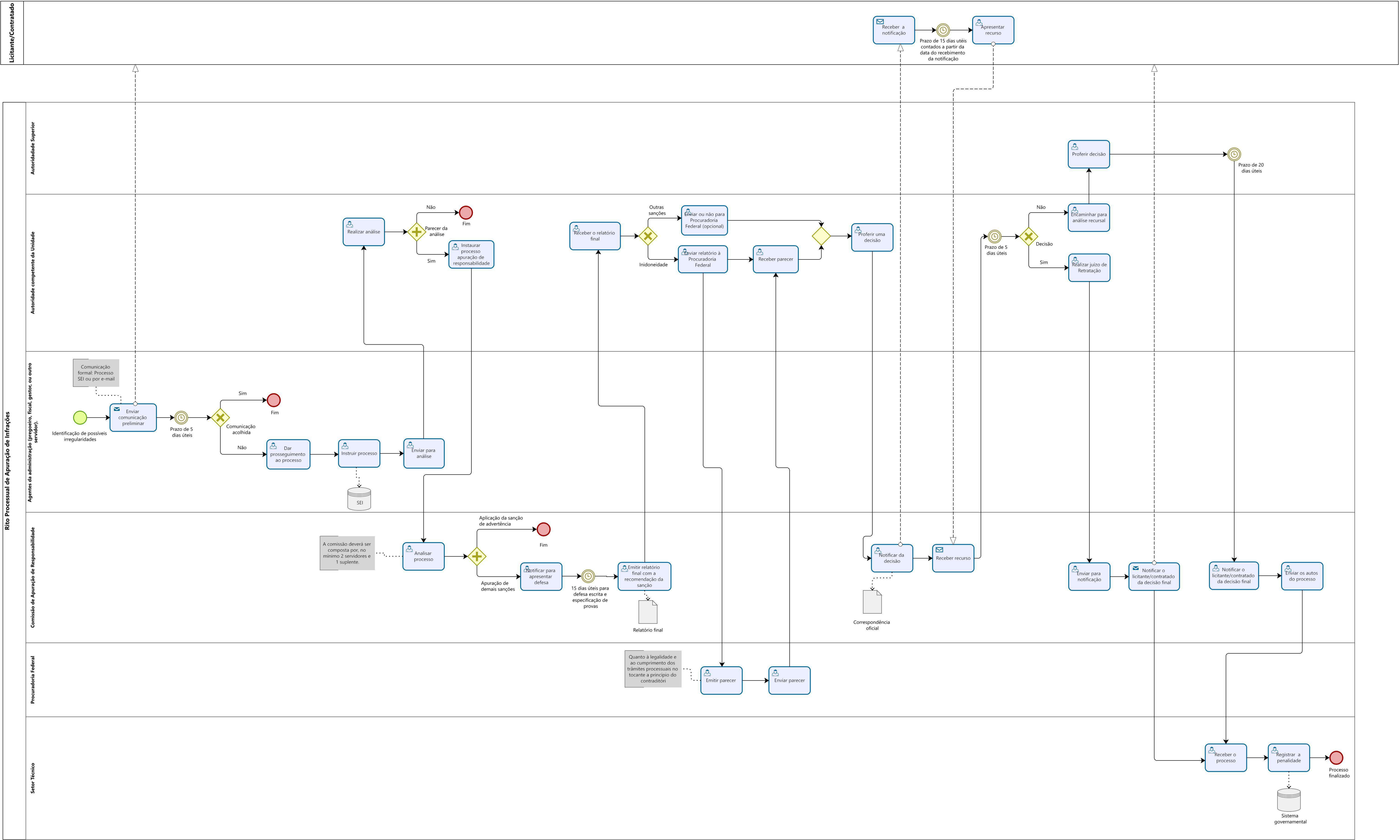
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo





ANEXO VII

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO SRP Nº 29/2026-ENSP/FIOCRUZ PROCESSO Nº 25388.000385/2026-86

Data da Licitação: ____/____/ 2026

Hora da Licitação:

Proponente:

CNPJ:

Telefone:

Endereço:

Telefone/ Celular:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Bancária:

Inscrição no Simples: () Sim () Não



Item	Especificação	Marca	Unidade de Medida	Procedência Nacional ou Importado	Prazo de entrega	Quant.	VI. Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor total da Proposta:

Validade da Proposta:

Observar os Locais de Entrega: (Conforme Edital)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF/RG